

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2602087720200111095742

Processo 0801419-98.2019.8.23.0047 ☆ - (130 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

 à

47 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 47

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 47	11/01/2020 09:57:42	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div><div>47.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2642646IMPUGNACAOALAUDOPERICIALJUR01.pdf</div><div>Público</div></div><div><div>47.2 Arquivo: PARECER DE ANALISE MEDICA</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2642646IMPUGNACAOALAUDOPERICIALJURAnexo02.pdf</div><div>Público</div></div></div>			
46	16/12/2019 00:05:43	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EDIVALDO DE JESUS COSTA) em 16/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) e ao evento de expedição seq. 42.	SISTEMA CNJ
45	12/12/2019 12:53:45	JUNTADA DE COMPROVANTE Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 19) em 12/09/2019 - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (11/09/2019). Parte: EDIVALDO DE JESUS COSTA	Rosiane Agápio do Nascimento Analista Judiciária
<div>[+]</div> 44	09/12/2019 16:08:40	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 19) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (12/09/2019 10:40:50). Parte: EDIVALDO DE JESUS COSTA	LENILSON GOMES DA SILVA Oficial de Justiça
43	06/12/2019 10:08:48	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 06/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) e ao evento de expedição seq. 41.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
42	05/12/2019 15:42:36	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EDIVALDO DE JESUS COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019)	Dircy Ana de Lima Pereira Analista Judiciária
41	05/12/2019 15:42:36	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019)	Dircy Ana de Lima Pereira Analista Judiciária
<div>[+]</div> 40	05/12/2019 15:42:06	JUNTADA DE LAUDO	Dircy Ana de Lima Pereira Analista Judiciária
<div>[+]</div> 39	14/11/2019 09:41:35	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE(01/11/2019 12:36:03). Identificador do Cumprimento: 0003.	Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - EPR Técnica Judiciária
<div>[+]</div> 38	01/11/2019 12:36:03	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (14/10/2019)	PAULO SERGIO DE SOUZA Advogado
37	23/10/2019 16:16:47	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EDIVALDO DE JESUS COSTA) em 23/10/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 35) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (14/10/2019) e ao evento de expedição seq. 36.	PAULO SERGIO DE SOUZA Advogado
36	14/10/2019 16:40:21	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EDIVALDO DE JESUS COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (14/10/2019)	Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - EPR Técnica Judiciária
<div>[+]</div> 35	14/10/2019 11:29:17	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE	NILDO INACIO Magistrado
34	10/10/2019 00:02:31	DECORRIDO PRAZO DE EDIVALDO DE JESUS COSTA (P/ advgs. de EDIVALDO DE JESUS COSTA *Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE	SISTEMA CNJ

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190470152 **Cidade:** Rorainópolis **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: EDIVALDO DE JESUS COSTA **Data do acidente:** 20/05/2019 **Seguradora:** USEBENS SEGUROS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/08/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: ESCORIAÇÕES EM JOELHO ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Evolução Sem Sequela Permanente)

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: APONTAMOS QUE O EXAME DE IMAGEM ACOSTADO NA PÁGINA 7 NÃO FAZ RELAÇÃO NEXO CAUSAL COM O ACIDENTE NESTE SINISTRO.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR

Processo: 08014199820198230047

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDIVALDO DE JESUS COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico em 20/05/2019, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexa causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2019**, E A PARTE AUTORA NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM A LESÃO NA MÃO DIREITA.

CUMPRE ESCLARECER, QUE O AUTOR NÃO JUNTOU DOCUMENTOS MÉDICOS, QUE CONFIRMAM O AGRAVAMENTO DA LESÃO NA PERNA ESQUERDA.

URGE RESSALTAR QUE O EXAME DE IMAGEM ACOSTADO NA PÁGINA 7 NÃO FAZ RELAÇÃO NEXO CAUSAL COM O ACIDENTE NESTE SINISTRO, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

SALIENTA-SE, APÓS A DEVIDA REGULAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, QUANDO A PARTE AUTORA FOI SUBMETIDA A EXAME PERICIAL CONSTATOU-SE A AUSÊNCIA DE SEQUELA INDENIZÁVEL, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ COBERTURA PARA O ACIDENTE NARRADO NOS AUTOS, FAZENDO-SE MISTER A IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO INICIAL.

EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA DE REPERCURSSÃO LEVE (25%) NA PERNA ESQUERDA, O MESMO NÃO SE PRESTA A COMPROVAR CABALMENTE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO E UM ACIDENTE DE TRÂNSITO, UMA VEZ QUE A PARTE AUTORA NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS CAPAZES DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES.

Compreende-se, que nos autos não constam nenhuma documentação médica que comprove que a parte autora ficou em tratamento médico da perna esquerda da data do sinistro até a presente data.

Ora v. exa., como pode i. perito atestar uma invalidez de repercussão leve (25%) da perna esquerda com precisão, se a parte autora não acostou documentos médicos e exames para que o mesmo pudesse basear-se ou fazer alguma comparação, afinal, a parte autora realizou perícia somente após 5 meses do decorrido acidente.

Salienta-se, que diante de toda evolução da medicina, não é plausível que vítima venha apresentar lesões na perna esquerda de repercussão leve (25%), depois de tanto tempo ao alegado acidente, sendo certo que no laudo pericial o Perito informa que o tratamento foi conservador e medicações, ou seja, a parte a autora não foi submetida a cirurgia da perna esquerda, o autor não comprovou qualquer tratamento ou medicação em decorrência da lesão.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser acolhido o processo administrativo acostado, devendo também ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo o documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do i. Perito, a fim de elucidar a divergência entre o laudo do processo administrativo e o laudo confeccionado pelo i. perito, sobretudo por não constar nos autos qualquer documentação médica capaz de comprovar o agravamento da lesão.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 3 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR